

DOSSIÊ TEMÁTICO

TRABALHO E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO:

Dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT

Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza¹

Resumo: O presente artigo tem como proposta refletir sobre as formas de inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população (LGBT) lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no capitalismo contemporâneo. O objetivo é compreender como e em quais condições a população LGBT tem sido inserida no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência encontradas por essa população para garantir a sua reprodução social quando não estão inseridas. Metodologicamente, as reflexões aqui apontadas partem de um relato de experiência, na prerrogativa da sistematização da prática, da atuação do Serviço Social no (CECH) Centro Estadual de Combate à Homofobia do Estado de Pernambuco. Teoricamente, nos ancoramos na Teoria Social Crítica nos estudos sobre o Trabalho, em interlocução com as produções acadêmico-científicas sobre a temática de gênero e sexualidade. Como resultados, compreendemos que as formas de inserção no mundo do trabalho dos sujeitos que, em razão de assumirem suas identidades de gênero ou orientação sexual, são historicamente oprimidos, como uma das estratégias do capital em recriar as modalidades da divisão sexual do trabalho e ampliar as suas possibilidades de extração da mais-valia. Nessa mesma direção, apreendemos que, em uma sociabilidade que reforça valores individualistas, esses mesmos sujeitos, no anseio de garantir a sua reprodução social, procuram, de forma particular, estratégias de sobrevivência de modo a suprir suas necessidades básicas vitais.

Palavras-chave: Trabalho. Reestruturação Produtiva. Diversidade. População LGBT.

Introdução

A violenta ofensiva contra os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais protagonizada por um governo reacionário, de ideologia ultraneoliberal, moralista e

¹ Assistente Social. Mestre em Psicologia. Doutorando em Serviço Social pela UFPE. E-mail: luiz_brauna@gmail.com.

ultraconservador, tem transformado veementemente as relações sociais no Brasil e no mundo. Dar visibilidade aos desafios contemporâneos que se apresentam nas particularidades das demandas por defesa, promoção e proteção dos direitos da população (LGBT) lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que enfrenta um contexto de violências, violações e opressões cotidianas é um compromisso que se impõe como luta e resistência a essa onda que está em curso em prol da preservação da valorização do valor na sociabilidade capitalista global.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a refletir sobre as formas de inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no capitalismo contemporâneo. Para tal, nos ancoramos na Teoria Social Crítica, a partir de reflexões acerca da categoria Trabalho em interlocução com os estudos em gênero e sexualidade.

Temos como *locus* privilegiado para essa discussão os apontamentos realizados durante a atuação profissional do Assistente Social, autor do texto, no (CECH) Centro Estadual de Combate à Homofobia, um programa de promoção e proteção à população LGBT vinculado à Secretaria Executiva de Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco, no período de outubro de 2016 a abril de 2019. Metodologicamente, as reflexões aqui apontadas partem de um relato de experiência, na prerrogativa da sistematização da prática (GUERRA, 2009).

O CECH integra o (SEPP) Sistema Estadual de Proteção à Pessoa e tem por finalidade combater a discriminação e violência contra a população LGBT e promover o respeito e a cidadania desta população em todo o território pernambucano. O Centro, que surge em 2009 no Estado de Pernambuco, como fruto da mobilização do movimento social, oferece serviço profissional especializado de apoio psicossocial e jurídico, com acolhimento e orientação à população LGBT, familiares e vítimas de LGBTfobia². Realiza acompanhamento de denúncias, violações de direitos e homicídios contra LGBT, assim como, promove espaços de capacitação e diálogos com gestoras/es e profissionais

² Conforme Mirla Cisne e Silvana Mara Santos (2018), a LGBTfobia “corresponde à violência e às violações de direitos cometidas diretamente contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em espaços públicos e privados”. Elas compreendem a LGBTfobia como uma “expressão deletéria do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (p. 124)”.

da rede de serviços públicos e privados, movimentos sociais e população em geral sobre a temática da Diversidade Sexual e de Gênero.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional, encontramos a realização de orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e coletividade aos direitos socioassistenciais, por meio da socialização de informações e ações socioeducativas sobre legislações e normativas existentes que tratem do respeito à diversidade afetivo-sexual e de gênero; o acolhimento individual, familiar e grupal, atuando na perspectiva da superação das vulnerabilidades e violações de direitos em decorrência da LGBTfobia nos mais variados espaços de sociabilidade (família, escola, ambiente de trabalho, serviços públicos e privados, dentre outros); e a realização de visitas domiciliares e Institucionais, com o objetivo de apreender a realidade socioeconômica da/o usuário e o contexto onde está inserido.

Então, o acolhimento das/dos usuárias/os do serviço possibilita compreender suas demandas e traçar as estratégias necessárias para atendê-las e/ou encaminhá-las. Como bem afirma Raquel Raichelis (2009, p. 15), “o Serviço Social tem uma rica trajetória de trabalho direto com a população e proximidade com o seu modo de vida no cotidiano”. É a partir desse fazer profissional que floresceram as reflexões em relação aos acessos e permanência da população LGBT ao mercado de trabalho e os modos de sobrevivência que esse público tem encontrado para (sub)existir no sistema capitalista vigente.

De forma breve e baseada nos formulários de acolhimento, o perfil das/os usuárias/os que mais acessam o CECH é de pessoas jovens, das classes baixa e média, de raça/etnia preta e parda e, expressivamente, se identificam como travestis e/ou transexuais. Nesse contexto, além das denúncias das violações de direitos em razão da identidade de gênero e/ou orientação sexual, essas/es usuárias/os, durante o diálogo e acolhimento com o Assistente Social, uma entrevista socioeconômica (SOUSA, 2008), relatam as dificuldades e o interesse em ingressar no mercado de trabalho e suas estratégias de sobrevivência diante dos impasses impostos pelo atual estágio do capitalismo.

No contexto brasileiro, em tempos de fortalecimento do conservadorismo, se faz necessário dar visibilidade às bandeiras de luta dos diferentes movimentos sociais

atuantes em nossa sociedade, nos mais variados espaços, como uma maneira de unir forças na luta pelo fim da opressão que sofrem a classe trabalhadora composta por homens e mulheres, negros e negras, LGBT, pessoas com deficiência, dentre outros sujeitos e especificidades que compõem a diversidade humana. Então, é com o intuito de contribuir, mesmo que minimamente, com a visibilidade da luta em defesa dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que o presente artigo se consolida. Promover um diálogo reflexivo sobre os desafios enfrentados para implementação e efetivação dos direitos da população LGBT no Brasil e a relação do Serviço Social na luta aliada aos movimentos sociais pelo acesso e garantia a esses direitos, especificamente no debate sobre o trabalho.

A luta por uma sociedade livre de preconceitos e discriminação é parte fundamental da atuação dos movimentos sociais na contemporaneidade, como também compõe os princípios fundamentais que orientam os projetos éticos e políticos de algumas categorias profissionais, dentre elas, a profissão do Serviço Social. Profissão esta que pautada em seu Código de Ética Profissional (Lei nº. 8662/93), a defesa intransigente dos Direitos Humanos e o exercício profissional sem discriminar, nem ser discriminado em razão da orientação sexual, identidade de gênero, raça/etnia, classe, dentre outros marcadores sociais.

Nesses termos, a proposta desse artigo partiu da necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a diversidade sexual e de gênero, e de traçar reflexões sobre os dilemas entre a inserção econômica e social por meio do trabalho e as estratégias de sobrevivência dessa população, principalmente na conjuntura de retrocessos no âmbito social, econômico, político e cultural vivenciado na atualidade, bem como aproximar o Serviço Social dessa discussão e salientar a importância da intervenção profissional no enfrentamento aos desafios atuais e a luta por políticas públicas e pela consolidação dos Direitos Humanos tão necessária nos limites da sociabilidade capitalista.

1. Algumas notas sobre os impactos para a classe trabalhadora diante as configurações atuais do sistema capitalista no contexto de reestruturação produtiva

Como as transformações no mundo do trabalho afetam a população LGBT na sociedade capitalista atual? Esta pergunta se apresenta como a norteadora desse estudo, pois consideramos a necessidade de situar que a reestruturação do capital no contexto da crise contemporânea tem ocasionado inúmeras transformações societárias desde 1970. Como afirma Netto (2013, p. 11), estas “estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado ‘mundo do trabalho’”. Mudanças essas que acentuaram antigas e fizeram emergir novas manifestações da Questão Social³, em razão da reorganização do Capital com vistas à sua manutenção, afetando a esfera da produção e reprodução, ou seja, as relações sociais.

Identificar as transformações no mundo do trabalho, as formais atuais com os quais o capitalismo vem ganhando vitalidade, o contexto em que se põe em curso o processo de reestruturação produtiva são discussões fundamentais que nos auxiliam a apreender os elementos que caracterizam as particularidades que afetam a classe trabalhadora na atualidade.

No contexto brasileiro, realidade a que se dedica esse artigo, o trabalho, definido pela Constituição Federal do Brasil de 1988 como um Direito Social, apresenta-se, a partir das reflexões de Karl Marx (1978), como fundante da realização do ser social⁴, ou seja, a produção e reprodução da vida humana efetivam-se pelo trabalho. É a partir dele, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social e distingue-se de todas as formas não

³ Em termos histórico-conceituais, a expressão questão social foi utilizada para designar o processo de politização da desigualdade social inerente à constituição da sociedade burguesa. Sua emergência vincular-se-ia ao surgimento do capitalismo e à pauperização dos trabalhadores, e sua constituição, enquanto questão política, foi remetida ao século XIX, como resultado das lutas operárias, donde o protagonismo político da classe trabalhadora – à qual se creditou a capacidade de tornar públicas as suas precárias condições de vida e trabalho, expondo as contradições que marcam historicamente a relação entre o capital e o trabalho (MOTA, 2010, p. 35).

⁴ O trabalho implica mais que a relação sociedade / natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. [...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social (NETTO & BRAZ, 2006, p.34).

humanas, portanto, é imprescindível reconhecer a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos como nos afirma Ricardo Antunes (2000):

A importância da categoria do trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana. Nesse plano mais abstrato, parece desnecessário dizer que aqui não estou me referindo ao trabalho assalariado, fetichizado, e estranhado (labour), mas ao trabalho como criador de valores de uso, o trabalho na sua dimensão concreta, como atividade vital (work), como “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” nas conhecidas palavras de Marx, em O Capital (p. 167).

Nessa direção, a população LGBT, ao primar pela garantia desse direito social, compreende que o trabalho é condição *sine qua non* para a sua existência, constituindo assim, o aspecto essencial para sua humanização (MARX, 1978). Em outras palavras, a inserção no mercado de trabalho de pessoas que se identificam com orientação sexual e identidade de gênero fora dos padrões socialmente estabelecidos é um fenômeno compreendido como essencial para a legitimação da existência desses sujeitos nos limites constituídos pelo capitalismo.

Porém, em sendo a realidade dinâmica, a sociedade capitalista contemporânea tem sido cenário de grandes transformações, orquestra um forte processo de reestruturação produtiva pós-crise do modelo de acumulação fordista-taylorista. No Brasil, esse processo é fortemente legitimado com o avanço da ofensiva neoliberal (MOTA, 1995) e do neodesenvolvimentista (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010) da era de acumulação flexível que, com o seu acirramento, intensificam e diversificam as expressões da Questão Social. O acesso ao trabalho, na forma de emprego com todas as garantias da Seguridade Social, tem sido cada vez mais escasso no contexto de crise do capital e são os trabalhadores que sofre os impactos dessas mudanças, como salientam Mota e Amaral (1998):

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. Estas sociabilidades emergentes relacionam-se com a necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho. Ou seja, que permitam flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho longe da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados (p.08).

As novas configurações no mundo do trabalho fazem emergir a discussão acerca da centralidade do trabalho na vida dos sujeitos sociais, e isso não diferiria em se tratando da população LGBT aqui estudada. A lógica neoliberal e os acelerados processos de reestruturação produtiva têm cada vez mais demonstrado que o Capital abandonou qualquer ideia civilizatória. O teor destrutivo de suas investidas, impactam diretamente na vida dos trabalhadores. Essa reestruturação ocasiona uma intensa precarização das condições de vida e do trabalho da classe trabalhadora com a legitimidade do Estado, este que vai possibilitar a materialização do projeto orquestrado pelo poder econômico das classes dominantes. Para utilização das reflexões realizadas por Graça Druck (2011), as transformações no mundo do trabalho, oriundas desse processo de flexibilização⁵, “são marcadas invariavelmente por *instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e riscos*. São condições exigidas, impostas ou construídas por uma nova configuração [...] (p.68-69)”.

Compreenderemos melhor esse fenômeno social a partir das considerações de Angela Amaral (2018), no texto “Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas”, presentes na citação a seguir:

A precarização das condições de vida e do trabalho, na atualidade, é um fenômeno social praticamente generalizado nos chamados países centrais e periféricos. [...] As privatizações de empresas estratégicas, as legislações para desregular a economia e os contratos de trabalho, o desmonte dos direitos trabalhistas e da proteção social são emblemáticos de um projeto que se tece em todos os quadrantes do planeta. [...] Para tanto, faz-se imprescindível criar uma nova cultura do trabalho, fundada em conceitos que se afastam do campo do trabalho protegido e coletivo para um de traços mais individualizantes e vinculados a uma racionalidade de novo tipo, tais como o *empreendedorismo*, a *empregabilidade*, as *competências*, o *autoemprego*, a *flexisegurança*, o capital cognitivo, as políticas ativas, para assinalar apenas os mais recorrentes. [...] As medidas implementadas vastamente consolidaram diferentes formas de ocupações flexíveis, que combinam várias modalidades de regime, organização do trabalho e de tempo de trabalho (em tempo parcial, em domicílio), contratos de trabalho (subcontratação, terceirização),

⁵ [...] (Concebemos) a flexibilização como um processo que tem condições macroeconômicas e sociais, derivados de uma nova fase de mundialização /globalização do sistema capitalista, hegemônico pela lógica financeira. A fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam toda a economia e a sociedade, e, desta forma, generaliza-se a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho. Fase em que a liberalização e liberdade do mercado atingem um nível inédito de desenvolvimento. Esse processo mais geral determina e articula flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, das leis trabalhistas e dos sindicatos, definindo o caráter de reestruturação produtiva mais recente [...] (DRUCK, 2011, p. 69).

organização da produção (descentralizada, fragmentada, desterritorializada), condições de trabalho (salários, benefícios sociais, salubridade, proteção ao acidentes de trabalho) (p. 245 e 246).

Nessa conjuntura de diminuição dos empregos estáveis, protegidos e normativos, e aumento do emprego flexível, vale ressaltar a negação do direito ao trabalho como uma das manifestações da contradição capital e trabalho, que reloca parte significativa da classe trabalhadora ao denominado Exército Industrial de Reserva, ou Superpopulação relativa, tão necessária ao funcionamento do Sistema Capitalista. Estes, portanto, são compostos por sujeitos de raça/etnia, geração, classe social, escolaridade, orientação sexual e identidade de gênero, determinadas.

Seguindo a mesma direção, Netto (2013, p. 13), ao afirmar que “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da ‘informalidade’”, nos permite refletir que as novas configurações do capitalismo têm direcionado parte significativa da classe trabalhadora a essas condições, constituindo uma categoria denominada por Braga (2014) como “preariado”:

o proletariado precarizado, isto é, aquela fração da classe trabalhadora desqualificada ou semiqualeficada e submetida a altas taxas de rotatividade do trabalho. Além disso, devemos acrescentar os jovens trabalhadores à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, além de trabalhadores sub-remunerados (no caso brasileiro, aqueles que recebem até um salário mínimo e meio, aproximadamente, 260,00 €) e inseridos em condições degradantes de trabalho (p. 30).

259

Ainda diante a discussão sobre a informalidade, a autora Graça Druck (2011), traça algumas contribuições a partir da apreensão da realidade brasileira. Ela considera que no contexto do capitalismo flexível, a informalidade ganha uma centralidade diante as “novas” relações de trabalho, caracterizando-se como uma das formas de precarização do trabalho. Em seus termos:

Essa informalidade se renova, pois hoje é cada vez mais constituída empiricamente por variadas formas de inserção no mercado de trabalho e, enquanto na tradicional e “histórica” informalidade brasileira, encontravam-se os menos qualificados escolarmente, ou aqueles considerados herdeiros da transição do trabalho escravo ao trabalho livre numa sociedade ainda escravocrata e patrimonialista – um exército de prestadores de serviços pessoais e ou públicos – na atual informalidade, encontra-se uma diversidade muito mais ampla de trabalhadores, cujas diferentes formas de inserção estão nas mais modernas atividades produtivas privadas e públicas, através dos

processos de terceirização (via contratos por tempo determinado, de prestação de serviços via cooperativas, ONGs e PJs, via consultorias, etc), cujos perfis reúnem os de altíssima qualificação e especialização, que em geral recebem altos rendimentos, com os menos escolarizados, sub-remunerados e tratados como de “segunda categoria” e “sem direitos”. O que os “(des)unifica” é a falta de vínculos (de emprego, de proteção social, de um coletivo de trabalho, de uma perspectiva de estabilidade, etc) e a extrema e constante situação de risco e incertezas, onde predomina a instabilidade e a inseguranças típicas das “leis férreas do mercado”, marcado pela concorrência como disputa permanente não somente entre os capitalistas, mas também cada vez mais forte entre os trabalhadores (DRUCK, 2011, p. 94).

Assim, a nova dinâmica de inserção, econômica e social, no mundo do trabalho, empreendidas no seio do capitalismo contemporâneo, tem atingido massa significativa de trabalhadores. Em conformidade com Mota e Amaral (1998, p. 09), as transformações no mundo do trabalho para superação da crise capitalista, “ao tempo em que determina a exclusão dos trabalhadores do *trabalho socialmente protegido*, cria outras formas de inclusão na economia que têm na *insegurança* e na *desproteção do trabalho* a sua principal característica”.

Essa *nova morfologia do trabalho*, como denomina Ricardo Antunes (2013), apresentam novas formas de valorização do valor que apresentam tendências mundiais de informalidade da força de trabalho e elevação dos níveis de precarização, como já mencionamos. Em contrapartida, ele reconhece que o processo de transformação do mundo produtivo contemporâneo tem apresentado tendências relevantes de maior intelectualização do trabalho, especialmente com os impactos do avanço tecnológico-informacional-digital. Em outros termos, Antunes (2013) reconhece duas variantes como consequências desse processo de reestruturação do capital:

Na primeira variante, acentuam-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho: as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que trazem embutidas novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. Na segunda variante, a ênfase está em procurar demonstrar os “avanços” que finalmente estariam se aproximando do trabalho informatizado, dotado de um maior teor cognitivo e que, por isso, estaria se diferenciando do trabalho maquínico, parcelar e fetichizado, de matriz taylorista-fordista, que esteve presente ao longo do Século XX (2013, p. 13).

Como podemos observar, o mundo do trabalho vem numa tendência de ampliar seus mecanismos de funcionamento, dessa forma, os processos evidenciados na citação acima são funcionais ao capital. A medida que ele amplia o contingente de desempregados e reduz ainda mais o valor de troca da mercadoria força de trabalho, o salário, conseqüentemente ampliando os lucros com a exploração da classe-que-vive-do-trabalho. Esse fenômeno representa uma expansiva destruição do trabalho contratado e regulamentado, como também um “desperdício” de força de trabalho, para utilizar um termo defendido por Antunes (2013). Por outro lado, há outra tendência, a de ampliação dos modos de extração do sobretrabalho que, com as novas modalidades em curso, articulam maiores “qualificações” e “competências” e uma potencialidade intelectual.

Outro elemento de análise acerca das novas configurações capitalistas, é a expansão do setor dos serviços que amplia exponencialmente os novos contingentes de trabalhadoras e trabalhadores da era digital, caracterizando-se como nova fonte geradora de valor para o capital, como nos apresenta Antunes (2018):

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI (p. 30).

Em síntese, sobre os impactos para a classe trabalhadora diante as configurações atuais do sistema capitalista no contexto de reestruturação produtiva, podemos considerar que o capitalismo vem, a cada crise, encontrando novas formas de se desenvolver, de ampliar seu funcionamento e, conseqüentemente, sua lucratividade e acumulação. As transformações atuais no mundo do trabalho demonstram que o capitalismo vem transformando também a sua relação com o trabalho, assumindo novas formas de produzir trabalho excedente, seja através da terceirização, da informalidade etc. Na mesma medida, essas novas configurações acabam por expulsar, de forma funcional, parte significativa de trabalhadores, aumentando a parcela de população que não consegue se inserir no mundo do trabalho e, nesse contexto, irão encontrar outras formas de garantir a sua

reprodução social, vão criar estratégias de sobrevivência diante a barbárie imposta pelo capital.

Diversidade Sexual e de Gênero e a relação com o Mercado de Trabalho na sociabilidade capitalista.

Ao apreendermos a dinâmica capitalista é possível reconhecer a complexidade presente na inserção da população LGBT no mercado de trabalho, em razão das opressões estruturantes dessa sociabilidade. Identificar como, no capitalismo, os determinantes de classe, gênero, sexualidade e raça estruturam a classe trabalhadora e a divisão sexual do trabalho no que diz respeito à inserção de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no mundo do trabalho é um desafio que se coloca na atualidade aos estudiosos e estudiosas dessas temáticas.

Convivemos em uma sociedade que ao longo dos séculos se constituiu por expressar, entre os diferentes sujeitos, diferenciadas formas de opressão, dominação e exploração que condicionam os indivíduos a um lugar de inferiorização em detrimento a outros legitimados socialmente, florescendo interdições e mecanismos de disciplinamento que estigmatizam, atribuem valor, condicionam práticas, desejos e comportamentos a um padrão que impossibilita o florescer de variadas possibilidades de viver.

Discriminações relacionadas a questões de gênero, raça/etnicidade, corpo, idade, condição físico-mental, classe, origem (social, geográfica, etc.), práticas e desejos afetivo-sexuais, dentre outras, são “naturalizadas”, essencializadas, reiterantes/reiteradas nas relações sociais regidas historicamente por aspectos culturais, políticos e sociais que orquestram normas e regras para a padronização dos corpos e suas práticas na sociabilidade capitalista.

A construção do gênero e da sexualidade, como afirma Guacira Louro (2008) dá-se na longevidade da vida, continuamente, infindavelmente, não apenas no momento do nascimento, da identificação de aspectos biológicos – pênis e vagina -, da nomeação do corpo, da definição das cores e vestimentas apropriadas, que faz deste um sujeito masculino ou feminino:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos parecem absolutos, quase soberanos (LOURO, 2008, p.18).

As formas de expressar as práticas sexuais e os desejos, as possibilidades da sexualidade, assim como o gênero, são também definidas por processos culturais, socialmente estabelecidos, sem desconsiderar os aspectos biológicos. A sexualidade “é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes e produzem verdades” (FOUCAULT, 1988, p. 15 apud. LOURO, 2000, p. 6).

A heterossexualidade e a cisgeneridade⁶ são, de acordo com os padrões socialmente estabelecidos, vivenciadas e estabelecidas como as únicas formas possíveis e legítimas de expressão da identidade de gênero e da sexualidade por meio da hetero(cis)normatividade⁷, que ao se relacionar com a produção e a regulação das subjetividades e das relações sociais e estar presente nas diferentes estruturas e instituições, atuam na constituição, autenticação e ordenação de corpos, expressões, identidades, condutas, estilos de vida e relações de poder, como a família e a igreja, por exemplo, para demonstrar os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante na concepção gramsciana. Podemos evidenciar isso no interlaço estabelecido com outros aspectos normalizadores e estruturantes que representam aspectos preconceituosos e discriminatórios no âmbito das relações sociais, como: a homofobia, o racismo, a misoginia, a xenofobia, o classismo, a corporatria, entre outros (JUNQUEIRA, 2007).

⁶ Definimos como cisgeneridade, a categoria que nos auxilia a compreender a identidade de gênero das pessoas cisgêneras, ou seja, aquelas cuja identidade de gênero corresponde ao que socialmente se estabeleceu como padrão para o seu sexo biológico. Ou seja, o sujeito que nasce com o pênis e se identifica do gênero masculino e o sujeito que nasce com vagina e se identifica com o gênero feminino.

⁷ A heterossexualidade afirma a existência de uma ordem sexual que não está dissociada da ordem social vigente na sociedade contemporânea, portanto, entende-se que a ordem social presente tem como fundamento a heteronormatividade que “expressa às expectativas, as demandas e as obrigações que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural - coerente e também privilegiada - e, assim, fundamento da sociedade” (MISKOLCI, 2007, p. 156).

Em meio a esta reflexão, entende-se que esse aspecto mantém a rejeição social relativa aos corpos com experiências que não corroboram com as regulamentações estabelecidas, isso tende a relegar esses indivíduos “à abjeção, ou seja, à esfera social do estigma, do ‘menos humanos’ (DUQUE, 2008)”. Esta referência excludente a qual os sujeitos são formados produz, simultaneamente, o domínio dos seres que fogem a essa normatização, portanto, os seres abjetos, “aqueles que ainda não são sujeitos, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito, um domínio da abjeção” (BUTLER, 2000, p. 112).

De maneira que se torna pertinente que o sujeito construa uma identificação para sua formação, através do repúdio do domínio da abjeção, o que permitirá imergir em suas práticas e desejos sexuais e afetivos. Considerando esse “ato” um recurso crítico na luta para romper as amarras da regulação social e sexual dos indivíduos, construindo um *status* de sujeito, por meio da valorização da abjeção. As identidades sexuais e de gênero foram se constituindo positivamente à medida que se tornaram visíveis as pautas dos movimentos sociais em prol do respeito à diversidade humana. Afirmar uma identidade compreende uma questão de reconhecimento pessoal e político, que seja útil enquanto uma estratégia que busca o reconhecimento de direitos, para que os sujeitos sejam regulados pelo Estado, tenham acesso e permanência às políticas públicas e alcancem a emancipação política.

Ao mesmo tempo, que fuja do risco de representar uma forma de padronizar, estigmatizar e transformar em lei a necessidade dos indivíduos “descobrirem” sua identidade sexual e de gênero e, “obrigatoriamente”, assumir para a sociedade. Cabe então aos indivíduos discernir se lhes é favorável a afirmação de uma identidade, sem que essa sirva como regra universal, sem que represente e contribua para afirmar discriminações diferenciadas para com aqueles sujeitos que não sentem necessidade de afirmarem uma identidade.

Nas últimas décadas, particularmente no contexto brasileiro, vivenciamos, através de muita luta e resistência, inúmeras conquistas para a população LGBT, vejamos as mais recentes: anualmente os grupos organizados conseguem levar às ruas das principais capitais do país e cidades do interior um número elevadíssimo de pessoas LGBT e aliados

no ato político conhecido como Parada da Diversidade ou Parada do Orgulho LGBT. Fruto dessa mobilização, conquistamos, em 2008 a regulamentação do Processo Transexualizador no (SUS) Sistema único de Saúde, possibilitando o atendimento especializado e integral às pessoas travestis e transexuais. Também no âmbito da saúde, em 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT com o objetivo de promover a saúde integral dessa população.

Ainda em 2011, vislumbramos o reconhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal – STF da união homoafetiva como entidade familiar. Em 2013 foi permitido o casamento civil ou a conversão da união estável em casamento civil por pessoas do mesmo sexo. Já em 2015, o STF reconheceu o direito à adoção por casais homoafetivos. No que diz respeito ao combate à LGBTfobia, alguns estados e municípios promulgaram leis que punem a violência e violação de direitos dessa população. A exemplo da cidade do Recife que promulgou, em 2002, a lei do Amor Livre que proíbe qualquer forma de discriminação ao cidadão com base em sua orientação sexual e prega a penalização dos estabelecimentos que, de alguma forma, venham a discriminar essas pessoas. Somente em 2019, o STF permite a criminalização da homofobia e transfobia ao nível nacional.

Ainda com relação às pessoas travestis e transexuais, o STF em 2018 desjudicializou e despatologizou, como regra, o processo de retificação do prenome e sexo no registro civil. Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou uma norma que regulamentou essa mudança para que ela possa ser feita diretamente nos cartórios de todo o Brasil, na certidão de nascimento ou casamento.

Angariamos algumas políticas afirmativas em instituições públicas e privadas para permitir o acesso da população LGBT na área da educação, no mercado de trabalho, dentre outros. Acompanhamos também uma crescente visibilidade da população LGBT na mídia: personagens em filmes, novelas e séries; artistas e pessoas famosos assumidamente LGBT etc. Vivenciamos uma expressiva participação de pessoas LGBT nos cargos políticos pelo país.

Esse cenário no Brasil, país com fortes raízes machistas, sexistas e LGBTfóbicas, representa um avanço, uma grande conquista no que diz respeito à luta do Movimento LGBT por um reconhecimento positivo, por parte da sociedade, para a vivência da

diversidade sexual e de gênero. Compreender as pautas políticas levantadas pelo Movimento LGBT na atualidade e fortalecer a organização dos sujeitos em torno de suas questões é uma das estratégias de luta e resistência às investidas do capital que se reproduz à medida que imprime suas ideologias no seio e por meio da sociedade civil e do Estado.

Ampliando essa discussão, entro em consonância com as autoras Cisne e Santos (2018), ao afirmarem a existência de um sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista na construção de uma abordagem dialética materialista das relações sociais de sexo, raça e classe. Entendemos que essas dimensões são estruturantes, portanto, indispensáveis a uma análise crítica da sociedade na dimensão da totalidade, pois estas:

[...] determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros(as), seja por estruturar as relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro. Assim, analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos compreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista (CISNE; SANTOS, 2018, p. 26).

Incorre, também, compreender que “por intermédio da categoria trabalho desencadeia-se a reprodução social e simultaneamente se reproduz, também, o gênero humano e a individualidade”. Portanto, reconhecer a diversidade humana significa reconhecer o indivíduo como um sujeito histórico, um ser diverso. Significa reconhecer que “pelo trabalho, os indivíduos constroem a si mesmos e a totalidade social (CISNE; SANTOS, 2018, p. 28)”. Logo, o entendimento desse processo nos auxilia a compreender as expressões concretas da diversidade humana, a exemplo da população LGBT. Ainda em consonância com as referidas autoras, elas salientam que para uma análise crítica das relações sociais que estruturam os contextos de desigualdade e que complexificam as expressões da Questão Social, se faz necessário compreender que:

O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital, com ascensão das forças conservadoras, adversas à classe trabalhadora e à diversidade humana e que põem em constante ameaça direitos do trabalho anteriormente conquistados, adensando, assim, a superexploração da força de trabalho, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado. Os discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e violação de direitos, a exemplo dos crimes motivados por racismo, LGBTfobia e sexismo. Esses crimes acontecem diariamente na sociedade

brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e heterossexista (p. 18).

Dessa forma, mesmo diante dessa conjuntura, muitos ainda são os desafios enfrentados cotidianamente no que tange a violência e a violação de direitos. Assim, a reflexão teórica sobre os sujeitos LGBT se faz necessária, diante dos obstáculos e resistências da sociedade em discuti-los. Estes são “rejeitados”, marginalizados na sociedade, por terem práticas e desejos afetivo-sexuais “diferenciados” da lógica padronizadora e discriminatória vigente nas relações sociais capitalistas. Essas normalizações contribuem para a invisibilidade e, conseqüentemente, a efervescência da discriminação, do preconceito, e o não reconhecimento desses enquanto sujeitos de direitos.

Nesse contexto, a luta pela livre expressão das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, pelo fim da opressão às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que é manifestada na violência, na violação de direitos, na recusa ao reconhecimento da diversidade humana são algumas das direções essenciais para a superação da desigualdade e a garantia da justiça social. Como também, se faz presente a necessidade da luta para que as políticas sociais contemplem a perspectiva de gênero e orientação sexual e, conseqüentemente, possam garantir o acesso aos serviços e aos direitos sociais no âmbito da saúde, assistência social, previdência social, educação, trabalho, geração de emprego e renda, segurança pública, moradia e lazer, dentre outros direitos (MESQUITA; MATOS, 2011).

Posto isto, visualizo como essencial produzir conhecimentos que venham a contribuir com a problemática do não acesso aos direitos sociais e, especialmente, o direito ao trabalho e as políticas de emprego e renda, na luta pela efetivação do princípio da universalidade dos direitos humanos e a consolidação de direitos à população LGBT.

Aproximando a discussão do *locus* em que se centra o presente estudo, a LGBTfobia que se aguça nas relações sociais de ordem capitalista fortalece a lógica concorrencial e excludente que circunscrevem os discursos das/os usuárias/os do CECH, ao relatarem as dificuldades encontradas para ingressar no mercado formal de trabalho e,

paralelo a isso, ao expressarem as estratégias de sobrevivência que encontraram para satisfazer as necessidades básicas da existência humana.

Como exemplo factível, esses sujeitos relatam que a falta de oportunidades as relegam aos empregos informais, precarizados e a execução de atividades autônomas, seguindo a lógica do empreendedorismo pautada atualmente pelo capital, que compreendem desde a prestação de serviços (cabeleireiro, esteticista, manicure, pedicure, maquiagem, diarista, motoristas de aplicativos, vendedores de produtos alimentícios, entre outras) até atividades socialmente consideradas marginalizadas (tráfico de drogas e prostituição, por exemplo), constituindo “novas” e terríveis formas de extração do mais-valor. Compondo a base da pirâmide social do mundo do trabalho em sua nova morfologia, conforme descrição de Antunes (2013), em que encontramos “a informalidade, a precarização e o desemprego” (p.22), estes que assumem papel fundamental no processo de acumulação capitalista de nossos dias.

A (ANTRA) Associação Nacional de Travestis e Transexuais na última edição do Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileira em 2019 afirma esse contexto e aponta a necessidade de consolidação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda, principalmente diante as transformações capitalistas das últimas décadas que impactam diretamente na vida dessa população:

Parece-nos que a luta pelo direito ao trabalho e renda por parte de ativistas e iniciativas junto a empresas, nacionais e internacionais, vinha alcançando pequenos avanços em relação à inclusão de pessoas trans em diversos campos laborais, que foram sendo admitidas em empregos formais e atividades com possibilidade de ascensão de carreira ou, ainda, incentivo para atuarem no ramo do empreendedorismo. Tomamos conhecimento de diversas parcerias e iniciativas que não apenas formavam, mas que também encaminhavam pessoas trans para uma oportunidade de emprego, o que nos fazia acreditar que, em pelo menos 5 anos, veríamos um aumento na quantidade de pessoas trans em empregos formais ou outras atividades fora do trabalho sexual, assim como a possibilidade de aumento da expectativa de vida de nossa população. Porém, diversos fatores frustraram essa expectativa. Exemplos são o congelamento dos gastos em áreas que afetam diretamente a expectativa de vida das pessoas, medidas que limitam o acesso à saúde e à educação por 20 anos; as reformas trabalhista e previdenciária, que aumentam o índice de desemprego, o aumento da pobreza e de pessoas em atividades informais; aumento da violência contra a população LGBTI e os retrocessos em direitos que vimos durante o último ano. Dentro desse contexto, acompanhamos com muita atenção travestis e mulheres transexuais sendo novamente levadas a recorrer ao trabalho sexual, muitas vezes precarizado, para a garantia de sua subsistência. Isso que nos leva a crer que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população Trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e

progressão de carreira de acordo com dados levantados pela ANTRA. De igual modo, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos. Mantém-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda (BENEVIDES; SAYONARA, 2020, p. 31).

Como vimos, esta realidade persiste em tempos atuais para a população LGBT. Ainda nessa linha reflexiva, o (GGB) Grupo Gay da Bahia no Relatório sobre mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019, ao traçar o perfil das vítimas apresentam, quanto à profissão, que 11,55% dos casos (38 dos 329 registrados) refere-se às pessoas que tiveram sua profissão/ocupação registrada como profissionais do sexo (prostituição); 7,3% (24 dos casos registrados) registradas como professores; 5,17% (17 casos) como cabeleireiros e a mesma quantidade como estudantes; 2,13% (7casos) dos casos registrados como sendo de Pai de Santo; os demais foram registrados como Servidor Público, Aposentado, Empresário, Técnico de Enfermagem (6 casos cada, representando 1,82%), dois casos registrado como Modelo (0,60%) e 200 casos não constam informações quanto à profissão. O grupo complementa as informações afirmando:

LGBT+ vítimas de morte violenta foram identificados como exercendo as seguintes atividades profissionais, inclusive desempregados: açougueiro, administrador de empresa, advogado, agricultor, ativista LGBT+, ator pornô, autônomo, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, cantora de banda, chefe de cozinha, comerciante, comerciário, contador, corretor de imóveis, costureiro, decorador, desempregada, DJ, *drag queen*, eletricitista, enfermeiro, entregador do pizza, escritã para o Canaltech Brasil, fisioterapeuta, formada em letras, formado em direito, flanelinha, garoto de programa, instrutor de autoescola, locutor comercial, maquiador, militante do MST, morador de rua, músico e funcionário público, pedia esmola, presidiário, profissional liberal, promotor de eventos, serviços de estética, tatuadora, trabalhava em pousada, trabalhava em um bar, trabalhava em um buffet, trabalhava em uma padaria, trabalho informal, tráfico de drogas, vendedor, vigilante e youtuber (OLIVEIRA, 2020, p. 55).

Estes dados mostram a importância de políticas públicas de inserção da população LGBT no Mercado de Trabalho, como também, ações voltadas à qualificação profissional, pois são expressivos os obstáculos para que estes tenham oportunidade de trabalho e renda, principalmente no mercado formal, direcionando-os à informalidade e à procura de estratégias, muitas vezes marginalizadas, que garantam a sobrevivência, expondo-os às situações de violência e violação de direitos. Ressalto que, em razão das

subnotificações, esses dados expressam aspectos da realidade, mas não fornecem a real dimensão desse fenômeno.

Cabe considerar também que, quando inseridas no mercado de trabalho, ocupam postos em que a precarização se evidencia mais fortemente, como no caso das centrais de teleatendimento, por exemplo, coincidentemente ou não, com a trajetória da inserção das mulheres que, de acordo com Druck (2011, p. 74) “historicamente são submetidas a condições mais precárias de trabalho, ocupando lugares “marginais” na estrutura ocupacional e de rendimentos”. Algumas/Alguns usuárias/os inclusive relatam serem convocadas/os para trabalharem em serviços de call center e reconhecem serem os locais que mais acolhem a população LGBT. Estudos críticos relacionados a esse contexto, explicitam que essa inserção se dá de maneira “menos problemática”, por se tratar de um trabalho que tem pouca ou quase nenhuma ligação direta com os clientes, toda a relação se dá via telefone e/ou *e-mail*, ou seja, é uma inserção que acolhe a diversidade, escondendo-a. Estes passam a compor o “novo proletariado dos serviços”, nos termos de Antunes (2018) ao abordar a expansão desse setor.

Nesse cenário, a população LGBT hoje, assim como parte significativa da classe trabalhadora em sua diversidade, configuram o que Virgínia Fontes (2018) denomina de sujeitos “sem”, os seres sociais que, através das expropriações capitalistas na atualidade, estão “sem meios de trabalho, sem acesso a matérias-primas, sem o acesso à terra, convertidos em trabalhadores e que precisam imperativamente vender sua força de trabalho para assegurar sua subsistência” (p.23). Em suma, estes sujeitos estão expropriados dos seus meios de vida e ainda se encontram desempregados, o que agrava a situação de (sub)existência desses trabalhadores.

Assim sendo, é fundamental refletirmos sobre os dilemas enfrentados pelas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na superação das dificuldades de inserção no mercado de trabalho e compreender as estratégias de sobrevivência desses sujeitos diante das múltiplas expressões da Questão Social que assolam na dinâmica da sociedade capitalista contemporânea.

À título de considerações

O capitalismo em seu estágio atual, em mais uma reestruturação produtiva com o intuito de superar o momento de crise, tem implementado estratégias de retomar o seu crescimento econômico, ou seja, tem buscado diferentes formas de valorização do valor. No cenário atual, essas formas se ampliam e se diversificam com a incorporação das tecnologias de informação e comunicação, assim como, com a desregulamentação da proteção social apoiada pelo Estado, em sua relação íntima com o capital. Dessa forma, além da redução dos cursos com a força de trabalho, enfrentamos um momento de ampliação da informalidade e do desemprego. Vivenciamos, portanto, um aumento da precarização da vida e do trabalho. É o capital escancarando a sua fase desumanizada.

Como já mencionamos, são complexos os impactos da reestruturação produtiva do capital na vida das/dos trabalhadoras/os. E, em se tratando de sua diversidade, no contexto que se apresenta, são inúmeros os desafios à classe trabalhadora. Nesse sentido, é fundamental aprofundarmos os questionamentos que ainda ficam em aberto propositalmente, pois são relevantes: Como as transformações no mundo do trabalho afetam a população LGBT na sociedade capitalista atual? De quais maneiras se dão a inserção da população LGBT no mundo de trabalho contemporâneo? Em que medida a LGBTfobia contribui para a não inserção dessa população? Em tempos de crise do capital, quais são as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais? Estas são as perguntas que embasam as reflexões aqui levantadas.

Compreender as formas de inserção no mundo do trabalho dos sujeitos que, em razão de assumirem suas identidades de gênero ou orientação sexual, são historicamente oprimidos, como uma das estratégias do capital em recriar as modalidades da divisão sexual do trabalho e ampliar as suas possibilidades de extração da mais-valia na era da flexibilização e dos avanços das tecnologias de informação e comunicação se faz necessário para uma compreensão crítica da realidade.

Necessário também apreender criticamente que as desigualdades, o preconceito e a discriminação que enfrentam, cotidianamente, a população que foge as normas e regras impostas pela heterossexualidade e cisgeneridade natural e compulsória, condicionam e determinam o espaço desses sujeitos na dinâmica de sua inserção no mundo do trabalho, assim como a remuneração pela venda da sua força de trabalho. Não só, esses aspectos

implicam até mesmo nas possibilidades concretas de ascender a uma possível formação profissional. Implicam até no acesso à educação básica. Dito em outros termos, esses sujeitos têm sua vida marcadas por uma maior precarização das condições de vida e, conseqüentemente, serão absorvidos em trabalhos precarizados, e quando são.

Vale ressaltar que existem sim, algumas iniciativas empresariais que, estrategicamente, procuram ampliar as possibilidades de inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, porém, em alguns contextos, não rompem com as discriminações hetero-patriarcal-racista-capitalista e, desse modo, reforçam práticas discriminatórias e preconceituosas as quais a população LGBT historicamente são submetidas.

Nessa mesma direção, em uma sociabilidade que reforça valores individualistas, esses mesmos sujeitos, no anseio em garantir a sua reprodução social, procuram, de forma particular, estratégias de garantir a sua sobrevivência, pois não contam com um amplo sistema de proteção social que, através da inserção em políticas compensatórias, possam suprir as necessidades básicas vitais.

Por fim, é necessário reconhecer a urgente luta e resistência da população LGBT para que vivenciem tempos melhores na sociabilidade capitalista, mas também é preciso não perder de vista que o horizonte é a superação do capital. Nos termos marxistas, a emancipação política é fundamental para garantir a sobrevivência da classe trabalhadora, mas a emancipação humana é o horizonte da luta revolucionária. Concluímos que, para superar a LGBTfobia, é necessário superar o capital.

Referências

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências**. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, p. 13-27, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **A explosão do novo proletariado de serviços**. O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 25-64, 2018.

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. Campinas: Cortez, Ed. Unicamp. 2000.
- BENEVIDES, Bruna G. SAYONARA, Naider. B. **Dossiê dos Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2019**, Brasil: ANTRA/IBTE. – São Paulo: Expressão popular, 2020.
- BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de ciências sociais**, n. 103, p. 25-52, 2014.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, p.110-125, 2000.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018 – (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 8).
- DRUCK, Graça. **Precarização e informalidade**: algumas especificidades do caso brasileiro. Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. João Pessoa: Editora Universitária, p. 65-103, 2011.
- DUQUE, Tiago. **Sexualidade, Gênero e Abjeção**: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBTs no Brasil contemporâneo. In: 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Brasília: 2008.
- FONTES, Virginia. **A transformação dos meios de existência em capital**: expropriações, mercado e propriedade. Expropriação e Direitos no Capitalismo. Ivanete Boschetti (Org.). – São Paulo: Cortez, p. 17-61, 2018.
- GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- JUNQUEIRA, Rogério D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Rio Grande do Norte: **Revista Bagoas**, v.1, n. 1, p. 1-22, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, p. 4-24, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Rio Grande do Sul: Pro-Posições, v. 19, n.2 – p.17-23 – maio/ago, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, v. 1, 1978.
- MESQUITA, Marylucia. MATOS, Maurílio. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. **Revista da Faculdade de Serviço Social** da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E PAUTA, Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 28, Dez, 2011.
- MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças**: por uma análise da normalização. In: 16 Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 2007, Campinas. No Mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las. Campinas: ALB Associação de Leitura do Brasil, v.1, p.1-19, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo. Cortez: 1995.

MOTA, Ana Elizabete. **Questão social e Serviço Social**: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, v. 5, 1998.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela; PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E (org.). **As Ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, n. 1, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acessado em: 25.12.2020.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: Serviço Social. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, p. 01-17, 2009.

TRABAJO Y DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO:

Dilemas entre la inserción económica y social em el mercado laboral e las estrategias de supervivência de la población LGBT.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las formas de inserción económica y social en el mercado laboral y las estrategias de supervivencia de la población LGBT lesbiana, gay, bisexual, travesti y transexual en el capitalismo contemporáneo. El objetivo es comprender cómo y en qué condiciones se ha insertado a la población LGBT en el mercado laboral y las estrategias de supervivencia encontradas por esta población para garantizar su reproducción social cuando no se insertan. Metodológicamente, las reflexiones mencionadas aquí parten de un informe de experiencia, en prerrogativa de la sistematización de la práctica, del trabajo del Servicio Social en el Centro Estatal para Combatir la Homofobia en el Estado de Pernambuco. Teóricamente, estamos anclados en la Teoría social crítica en los estudios sobre el trabajo, en diálogo con producciones académico-científicas sobre el tema de género y sexualidad. Como resultado, entendemos que las formas de inserción en el mundo del trabajo de sujetos que, debido a su identidad de género u orientación sexual, están históricamente oprimidos, como una de las estrategias del capital para recrear las modalidades de la división sexual del trabajo y expandirlas. sus posibilidades de extraer plusvalía. En la misma dirección, aprehendemos que, en una sociabilidad que refuerza los valores individualistas, estos mismos sujetos, en el deseo de garantizar su reproducción social, buscan, de manera particular, estrategias de supervivencia para satisfacer sus necesidades básicas vitales.

Palabras Clave: Trabajo. Reestructuración productiva. Diversidad, población LGBT.

Recibido: 19/05/2020

Aceito: 22/12/2020